



Petra Mafalda/Prefeitura Municipal de Florianópolis/CC BY 2.0

Capítulo 7

Um farol a iluminar o caminho

O esforço para tentar aprovar um empréstimo que prometia colocar Florianópolis na vanguarda da educação

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

Escrito por Solange Azevedo e revisado por Caetano Siqueira e Felipe Michel Braga em 2018. As aspas sem indicação de fonte correspondem a entrevistas realizadas entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018. Biografia completa da autora e material adicional disponíveis no *site*: <www.casosdepoliticaspUBLICAS.com.br>.

Lidar com a pressão cotidiana da gestão pública, decorrente principalmente da falta de recursos e da ansiedade por resultados, não era novidade para Rodolfo Pinto da Luz. Secretário de Educação de Florianópolis, uma das principais cobranças que recebia era referente à falta de vagas na educação infantil.

Em meio aos questionamentos da população, do Ministério Público (MP) e do Judiciário, ele se viu diante de uma situação inusitada quando descobriu, em 2009, que tinha nas mãos a oportunidade de obter quase 59 milhões de dólares para tentar resolver o problema do déficit da capital catarinense. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) propôs à equipe de Rodolfo elaborar um projeto de expansão e aperfeiçoamento do ensino básico e aprovar o empréstimo na Câmara de Vereadores, com contrapartida equivalente da prefeitura – desse modo, o compromisso que o município e o BID poderiam vir a firmar garantiria o investimento total de 118 milhões de dólares. Para obter o dinheiro, contudo, o secretário também teria de conseguir o aval de órgãos federais.

Rodolfo tinha certeza de que não seria uma batalha fácil, pois conhecia a burocracia envolvida em financiamentos internacionais. Sabia que essa seria uma das tarefas que mais exigiria empenho em sua vida como administrador público até então. Além de gerenciar a Secretaria Municipal da Educação (SME), ele teria de solucionar todos os problemas técnicos para viabilizar o empréstimo e, mais desafiador ainda, mobilizar outros atores necessários para liberar os recursos. Rodolfo estava no comando da SME pela segunda vez. Apesar da experiência, tinha de correr contra

o tempo, já que faltavam menos de três anos para a próxima eleição. Será que ele obteria a verba e conseguiria implementar esse projeto até o término da gestão?

UM TÉCNICO RESPEITADO

Antes de assumir a SME pela primeira vez, em 2005, com o início da administração do prefeito Dário Berger, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Rodolfo havia sido reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por doze anos e secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) entre 1993 e 1994.

Em Brasília, também exerceu interinamente os cargos de ministro da Educação, secretário-executivo do MEC e presidente da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foi presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e da Junta Governativa da Associação Columbus de Universidades Latino-Americanas e Europeias. Sua bagagem era extensa.

Em sua primeira gestão na SME, trabalhou pela aprovação do Sistema Municipal de Ensino em 2007 e, mais tarde, do Plano Municipal de Educação. Naquele período, Florianópolis recebeu do MEC o Selo Município Livre do Analfabetismo e alcançou notas 5 nos anos iniciais e 4,2 nos anos finais no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Dentre as conquistas do secretário, também estavam a implantação do ensino fundamental de nove anos e a Prova Floripa, um programa de avaliação inspirado na Prova Brasil, além de investimentos na capacitação do corpo docente. Na rede municipal de Florianópolis, todos os professores eram graduados, e 80% tinham pós-graduação.

Os feitos de Rodolfo nos primeiros quatro anos do governo de Dário Berger o credenciaram a permanecer no cargo quando o prefeito foi reeleito. Afinal, educação tinha sido um dos pilares da administração peemedebista, e os avanços promovidos pelo secretário ajudaram o partido a convencer 57,68% dos eleitores de que a continuidade seria a melhor aposta naquele momento. Mas, embora as conquistas saltassem aos olhos,

havia demandas importantes ainda não atendidas, o que desagradava a população. A principal era a falta de vagas na educação infantil, especialmente nas creches – questão sensível e que incomodou a equipe durante toda a campanha eleitoral de 2008.

O DÉFICIT E A OPORTUNIDADE

Os números preocupavam: pelas contas de Rodolfo, havia ao menos 4 mil crianças na fila de espera, mas apenas 194 vagas a mais tinham sido disponibilizadas na educação infantil em sua primeira gestão. De acordo com a SME, embora, de um lado, tenham sido criadas 1.261 vagas na rede própria da prefeitura, de outro, houve redução de 1.067 nas creches e escolas conveniadas naquele período.¹ Por isso o saldo positivo foi tão baixo em quatro anos. Fruto do crescimento da população, da migração e de investimentos insuficientes de sucessivas administrações, o déficit se tornou o calcanhar de Aquiles do secretário e do prefeito. Uma dificuldade estrutural que aflige grande parte dos municípios brasileiros.

“A falta de vagas para crianças em creches é revoltante. O que seria um direito básico das famílias ainda parece somente enfeitar discurso de político. Em Florianópolis, há pelo menos 8 mil crianças na fila, segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT)”, escreveu o jornalista Marcelo Tolentino, em 30 de abril de 2009,¹ o dobro do que alegava a SME. “Enquanto isso, mães perdem a oportunidade de trabalhar e reforçar a renda de casa. Hoje, a partir das 15h, a Câmara de Vereadores da Capital realiza Audiência Pública para apurar responsabilidades e forçar providências. Numa recente visita a duas creches no bairro Jardim Atlântico, o parlamentar João Aurélio Valente (PP), que propôs a reunião, ouviu mães que têm filhos há três anos na fila de espera. Foram convidados a participar da audiência o secretário Rodolfo e representantes do MP”, acrescentou Tolentino.

No caso de Florianópolis, a situação foi agravada pela decisão do município de ampliar o ensino fundamental de oito para nove anos já em 2007,

1 Unidades da rede própria são aquelas pertencentes e geridas pela secretaria de educação, unidades conveniadas são instituições privadas que recebem recursos do governo mediante convênio para oferecerem vagas gratuitas à população e fazem parte da rede pública de educação.

três anos antes do prazo máximo definido pelo governo federal.^{II} Devido à antecipação da entrada das crianças de 6 anos no ensino fundamental, a maior parte do dinheiro disponível foi direcionada para acomodá-las, com a criação de 2.357 vagas no ensino fundamental até o fim de 2008.

Embora o MP reconhecesse o esforço da SME para atender à demanda do ensino fundamental, as rugas com Rodolfo eram constantes porque havia uma seleção socioeconômica na concessão de vagas na educação infantil. O secretário defendia priorizar os mais pobres enquanto não houvesse espaço para todos, mas os promotores justificavam que a classe social não poderia ser critério de admissão. Rodolfo venceu esse embate no Tribunal de Justiça.

Diante da escassez de verbas para fazer tudo o que era necessário, o secretário optou por focar no que mandava a lei, mas o déficit na educação infantil o incomodava. Ele sabia, amparado inclusive por pesquisas internacionais, que o acesso à educação infantil de qualidade impacta no futuro do indivíduo, em esferas que podem ir do desempenho escolar nos anos seguintes até as oportunidades profissionais. Aonde quer que o secretário fosse, era cobrado por isso. “Já estávamos trabalhando intensamente para combater o problema da falta de vagas quando surgiu, de maneira quase fortuita, a oportunidade de acelerarmos os investimentos e darmos um salto”, lembra.

Florianópolis havia sido selecionada para participar da pesquisa *Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa*,^{III} conduzida pela Fundação Carlos Chagas em uma ação conjunta com o MEC e o BID. Além de levantar números e medir a qualidade do ensino, também estava no escopo da pesquisa estimar o impacto da frequência a creches e pré-escolas no desempenho dos alunos no início do ensino fundamental. Ao lado da capital catarinense, outras cinco foram incluídas nessa análise: Belém, Campo Grande, Fortaleza, Rio de Janeiro e Teresina. Rodolfo relata: “Esse estudo era por amostragem. E como eu tinha interesse em conhecer o desempenho de todo o município, até para planejar ações mais focadas, pedi que Sonia Fernandes, então diretora da educação infantil, perguntasse numa das reuniões em que o BID estaria presente se não haveria condições de ampliar a pesquisa para a rede inteira e as conveniadas.”

Para surpresa dele, em 2009, o BID sinalizou com algo bem maior: caso Florianópolis construísse um projeto consistente de expansão e aperfeiçoamento da educação básica, seria uma forte candidata a obter um significativo financiamento do banco. O secretário conta que não imaginava haver essa possibilidade – que poderia ajudar a resolver o problema da falta de vagas da educação infantil –, pois o banco geralmente direcionava recursos para localidades mais precárias, e nenhum município brasileiro havia conseguido empréstimo da instituição para a educação. Pelo *ranking* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud),^{IV} Florianópolis era, em 2010, a capital brasileira com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): 0,847, número considerado muito alto pela ONU. E a educação, somada à renda, era justamente o que puxava o indicador para cima.

SOLUÇÕES PRÓPRIAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Depois de algum tempo matutando sobre a possibilidade de obter o empréstimo e de conseguir o aval do prefeito para seguir adiante, Rodolfo selecionou uma equipe para trabalhar na concepção do projeto. Àquela altura, a pesquisa da Fundação Carlos Chagas, que apontou Florianópolis como a capital com a melhor oferta de educação entre as seis pesquisadas, já estava concluída. E os números do Ideb^V confirmavam o diagnóstico da entidade.

A rede municipal da capital catarinense fechou 2009 com as notas 5,2 nos anos iniciais e 4,5 nos anos finais, enquanto as notas do Brasil foram 4,4 e 3,6 – respectivamente. Apesar de os números de Florianópolis serem superiores à média nacional, ainda havia espaço para melhorar o ensino, além de ser preciso ampliar o acesso. “Marcelo Pérez Alfaro, chefe de Educação do BID no Brasil, dizia que a ideia era que nos tornássemos um farol, iluminando e mostrando para outras prefeituras que seria possível aplicar o Plano Nacional de Educação”, recorda Rodolfo. Mas será que uma proposta tão ambiciosa daria certo em uma nação tão desigual?

Embora não existisse oposição explícita em Florianópolis quanto à necessidade das vagas, houve polêmica no plano orçamentário, tanto em rela-

ção à capacidade de bancar um financiamento de US\$ 58.860.000,00 que se estenderia por 25 anos, quanto no que se referia aos US\$ 59.570.000,00 de investimento que seriam exigidos do município como contrapartida. E mais: como o cerne da proposta para o BID era construir até 23 creches, a preocupação com o crescimento da folha de pagamentos tornou-se um dos principais focos de divergências, especialmente com a Secretaria da Fazenda. “Florianópolis já estava no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.² Do jeito que foi elaborado, o projeto não era sustentável economicamente devido ao número de contratações e dos gastos com manutenção”, avaliava Neri dos Santos, então professor da UFSC.

A justificativa de Rodolfo contextualizava a divergência: “Esse tipo de questionamento existiu dentro da prefeitura. Ninguém queria salvar a educação quebrando o município. Mas é preciso pensar em prioridades. Se começarem a contratar para outras áreas, ou derem mais importância para asfalto e menos buraco nas ruas, não vai sobrar dinheiro para a educação. Se tivéssemos investido um século antes, não estaríamos vivendo o que estamos vivendo atualmente. Criança não espera”.

O secretário acrescenta que os juros cobrados pelo BID, em torno de 2% ao ano, eram considerados baixos diante do que se praticava pelos bancos no Brasil, e que o montante exigido como contrapartida da prefeitura já vinha sendo investido. “O projeto era belíssimo, e a construção das 23 creches seria muito importante”, frisa Santos. “Mas o problema é que a gestão dessas unidades depois passaria para o custeio da prefeitura, e não haveria dinheiro suficiente. Tanto que, ao final de seu governo, Dário tentou antecipar o recolhimento do IPTU do ano seguinte para fechar sem déficit fiscal.”

Rodolfo recorda que, sob a alegação de que a educação é uma obrigação do Estado, a pressão do MP e da Justiça só crescia. Não estava previsto em lei, mas sentenças chegavam a todo momento, obrigando a SME a matricular crianças em creches perto de suas casas e em período integral. “Tínhamos de cumprir, sob pena de multa diária”, reforça o secretário.

2 Durante a elaboração deste capítulo, o advogado Vladimir Silveira, que tem experiência em Direito Administrativo, Constitucional, Educacional e Tributário, confirmou que o orçamento municipal de 2011 estava no limite prudencial da LRF.

Enquanto o empréstimo não vingasse, seria preciso encontrar alternativas para abrir vagas na educação infantil e seguir na legalidade.

Para atender à demanda mais urgente, Rodolfo e o prefeito já haviam assinado um Termo de Compromisso^{VI} prometendo 2.460 vagas em creches até 2012, prevendo a construção de onze unidades e a ampliação de cinco com recursos da prefeitura. O secretário ponderava: “Dada a carência de terrenos, Dário defendia que fizéssemos creches maiores e mais salas nas unidades já existentes. Enquanto o padrão MEC é de oito salas, chegamos a fazer de dez e, mais tarde, de doze. No início, eu também não fui favorável porque a resistência da rede era grande.”

Ele lembra que hesitou porque a principal queixa da categoria se referia à dificuldade de gerenciar creches mais cheias e, além disso, só seriam erguidas novas salas, naquele momento, nas unidades que fossem passar por reforma. Mas instalações como cozinha, refeitório e pátio teriam de atender a uma quantidade maior de crianças sem terem sido modificadas, sob o risco de ficarem sobrecarregadas. “A dificuldade inicial é que havia uma quebra de paradigma. Mas acabou que foi adotada e se mostrou uma boa solução”, diz o secretário.

A oposição dos professores não ocorria em movimentos organizados, como em paralisações ou greves, mas em reuniões com a cúpula da Secretaria ou via sindicato. Como Rodolfo tinha o hábito de debater com a rede, todas as medidas com potencial para gerar polêmica costumavam ser colocadas na mesa. Segundo o secretário, o prefeito também chegou a cogitar o acréscimo de um ou dois alunos por turma. Contudo, essa parte do plano não deu certo devido à reação mais firme do corpo docente. O secretário lembra: “O nosso argumento era de que não haveria problemas porque as salas de aula nunca ficavam completas. Nas minhas visitas às unidades, eu fazia questão de contar o número de alunos. Sempre faltava alguém. Então, o acréscimo de uma criança nas turmas de idades maiores não causaria prejuízo ao processo educacional e beneficiaria muitas que poderiam ingressar na rede. Só que os professores e diretores diziam que, se eles permitissem isso, depois íamos querer colocar cinco, seis [crianças a mais por sala], e não teria fim”.

Atender à demanda pela educação infantil se tornou mais demorado, também, porque Rodolfo preferiu primeiro aumentar o número de crian-

ças em período integral e, só depois, investir na abertura de novas vagas. Se ele tivesse optado pela expansão do tempo parcial, teria conseguido acomodar mais alunos, mas o secretário acreditava que sua decisão, apesar de ter menor alcance, traria duplo benefício: educacional, pois favoreceria o desenvolvimento das crianças; e social, ao permitir que as famílias pudessem trabalhar tranquilamente tendo onde deixar os filhos.

Quando Rodolfo assumiu a secretaria, em 2005, 31% das matrículas de educação infantil eram no período integral. Sete anos depois, a proporção havia mais do que dobrado, passando para 63,4%. No ensino fundamental, contudo, esse número era de cerca de 30%. A intenção do secretário era estender esse regime para cada vez mais alunos. Não parecia uma ideia inviável, pois a arrecadação de Florianópolis era crescente, e os recursos destinados à pasta também. Em 2011, por exemplo, o município investiu R\$ 185,4 milhões – ou 29,44% de sua receita – em educação: 4,44 pontos percentuais a mais que o mínimo legal.

Mesmo assim, Rodolfo não conseguia dar conta de tudo. De todos os lados, as famílias e o MP o pressionavam por soluções dentro da própria rede ou em unidades conveniadas. A SME resistia. Na avaliação dele, a melhor estratégia seria batalhar pelo empréstimo do BID para firmar Florianópolis como um exemplo para o Brasil porque, além de expandir a infraestrutura, o projeto visava melhorar a qualidade de toda a educação básica.

CRIANÇA NÃO ESPERA

Apesar da aparente boa vontade do BID, Rodolfo tinha consciência de que a burocracia brasileira não viabilizaria uma aprovação tão rápida do projeto. Seria preciso passar pela Câmara Municipal de Florianópolis, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que é vinculada ao Ministério da Fazenda, e pelo Senado. Não seria conveniente, portanto, apostar todas as fichas em um financiamento que poderia demorar meses – ou anos – para se concretizar. Era necessário trabalhar para que a proposta tramitasse, mas sem abandonar o esforço para que o município continuasse investindo recursos próprios e buscando outras soluções. Uma das preocupações de Rodolfo era que, ainda que o empréstimo viesse, seria preciso um lon-

go tempo para a compra de terrenos, realização de licitações, elaboração dos projetos de engenharia e, por fim, a construção das creches.

Na visão do secretário, alternativas à expansão das redes municipais deveriam ser adotadas em caráter temporário. Mas não era isso que ocorria na prática em Florianópolis. Em 2011, cerca de 16% das crianças da educação infantil estavam matriculadas em instituições conveniadas, ou seja, em creches e escolas que recebiam recursos públicos mas eram administradas por organizações sociais sem fins lucrativos.

Isso significa que a SME não tinha controle total sobre o projeto pedagógico, o corpo docente e as instalações. Pelos cálculos do secretário, o custo por criança nas instituições conveniadas equivale à metade do gasto na rede própria. Como o investimento é menor, geralmente os professores são menos qualificados, têm salários mais baixos e a rotatividade de profissionais é maior – o que pode afetar a qualidade do trabalho e, consequentemente, o aprendizado dos alunos.

A precarização do magistério, contudo, é apenas o lado mais visível da moeda. O professor Eduardo Guerini, do conselho da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina, ressalta que o exemplo mais extremo do perigo da falta de controle do poder público foi o escândalo envolvendo o ex-vereador e ex-deputado estadual Nilson Nelson Machado, o Duduco, que mantinha uma creche em Florianópolis.^{vii} Ele foi condenado por abuso sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes que viveram em um de seus projetos sociais, um lar-abrigo. Só quando o crime veio à tona,^{viii} constatou-se que as cláusulas do contrato firmado com a SME não estavam sendo cumpridas pela entidade, que atendia oitenta crianças de 4 meses a 6 anos de idade. “Não imaginávamos que pudesse ocorrer algo tão grave”, disse Rodolfo. “Mas, nas creches, os problemas eram de gestão e de prestação de contas, então encerramos o convênio.”

De acordo com a revista *Nova Escola*, uma pesquisa da Fundação Victor Civita evidenciou que a maneira como os municípios administram essas parcerias varia, mas a dificuldade de as conveniadas seguirem os padrões da rede é recorrente em todas as capitais analisadas. “Por falta de pessoal na secretaria, ou por excesso de autonomia das unidades, a supervisão não é feita a contento”, afirmou à publicação Ana Benedita Brentano,

formadora de professores de educação infantil do Instituto Avisa Lá, de São Paulo.^{IX} “Mesmo as escolas que realizam um bom trabalho não conseguem sobreviver com os recursos recebidos”, acrescentou a especialista.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), acrescenta a mesma reportagem da *Nova Escola*, mostram que, em 2011, 5,35% do atendimento em pré-escolas e 13,7% em creches no país eram feitos por conveniadas. Em Florianópolis, a ideia de Rodolfo era diminuir essas parcerias à medida que o município fosse construindo novas unidades, “[...] mesmo porque muitas das entidades não dispunham de meios nem de voluntários suficientes para continuar esse altruístico e importante trabalho de oferta educacional”. Ele conseguiu reduzir de 31% para 15,8% a proporção de alunos em conveniadas na educação infantil ao longo dos oito anos de gestão de Dário Berger.

“Cada conveniada que saísse seria um problema para nós, tendo em vista a demanda”, diz Rodolfo. Quem defende essas instituições costuma justificar que, ainda que a qualidade não seja a mais adequada, é preferível que a criança fique na escola do que fora dela. Além disso, como afirma Rodolfo, “muitas delas oferecem padrões de qualidade semelhantes aos da rede, apesar de todas as dificuldades de financiamento que enfrentam”.

A estratégia de Rodolfo de manter as conveniadas contribuiu para que a oferta de vagas avançasse. Conforme o Censo Escolar de 2011, 43,8% das crianças de até 3 anos e 99,5% das crianças entre 4 e 5 estavam matriculadas. Florianópolis estava perto, portanto, de atingir as metas do Plano Nacional de Educação: universalizar a pré-escola até 2016 e atender a 50% das crianças em idade de creche até 2024. Mas ainda era preciso expandir o período integral. Apesar da necessidade, o secretário rejeitava uma alternativa que vinha se desenhando nos bastidores: a compra de vagas em escolas privadas.

Rodolfo conta que sempre tratou dessa questão com reserva, pois não gostava de falar abertamente sobre o assunto, principalmente depois de um parecer jurídico da prefeitura vetar a medida. A pressão vinha do sindicato das escolas privadas, que pleiteava oferecer vagas em troca de redução de impostos. O secretário temia que, assim como ocorre na área da saúde, isso abrisse caminho para que a Justiça passasse a obri-

gar a SME a bancar alunos em instituições particulares escolhidas pelas próprias famílias ou definidas pelo MP caso esse tipo de alternativa se tornasse uma política pública.

A Constituição, frisa o secretário, prega que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família”, assim como a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.^x Também haveria o risco de essas compras de vagas com “bolsas” eventualmente serem direcionadas a quem tem condições de pagar, e não aos mais carentes, aumentando a demanda e a desigualdade. Para Rodolfo, a oferta desse tipo de vaga, em tese, pesaria menos para a prefeitura, porém seria de difícil fiscalização e poderia abrir brecha para desvios e questionamentos. “O custo não seria apenas da mensalidade”, acrescenta. Haveria despesas como uniforme, alimentação e material. Quem arcaria com isso?

Rodolfo refletiu algum tempo sobre os prós e os contras dessa modalidade de parceria e decidiu não pagar para ver. Porém, secretários de Educação de outros municípios catarinenses, como Joinville,^{xI} Balneário Camboriú^{xII} e Itajaí,^{xIII} assim como de uma porção de cidades do país, mais tarde foram acolhendo propostas semelhantes e adotando a compra de vagas para atender às determinações judiciais por creches ou à emenda constitucional de 2009,^{xIV} que tornaria obrigatória, a partir de 2016, a matrícula de crianças de 4 e 5 anos.

ALÉM DA TRAMITAÇÃO NORMAL

Paralelamente à polêmica orçamentária, Rodolfo também teve de enfrentar questionamentos dos professores. Inicialmente, o sindicato da categoria não compreendeu que a elaboração do projeto para o empréstimo ficaria a cargo de funcionários da própria rede – com a supervisão e o apoio técnico do BID – e fez campanha para que o corpo docente não aderisse, deixando, por exemplo, de participar das reuniões do plano de educação.

A alegação era de que o banco, por ser estadunidense, queria impor suas regras. Tratava-se de uma divergência de base ideológica. Como de costume, o secretário lançou mão do diálogo para esclarecer que o projeto era “para” o BID, e não “do” BID, além de eleger a subsecretária de

Educação, Sidneya Gaspar de Oliveira, para coordenar o grupo e aparar quaisquer arestas novas que pudessem surgir. Desfeito o conflito tecnicamente, o que levou um ano, o trabalho começou a fluir.

Mais cansativo ainda foi tentar driblar a burocracia e articular para que o projeto tramitasse na Câmara Municipal, na STN e no Senado. Por isso, Rodolfo precisava de trânsito com as diversas esferas de poder: municipal, estadual e federal. A peregrinação dele começou na Câmara. Era maio de 2012, ano de eleição, e os vereadores já trabalhavam de olho nas urnas. O projeto para o BID estava engavetado na casa havia quatro meses, mas o secretário contava com as vagas que poderiam vir a ser criadas com o financiamento para cumprir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o MP.^{xv} O líder do governo, vereador Deglauer Goulart (PMDB), justificava que, àquela altura, não havia mais ambiente político para aprovar um empréstimo daquele montante porque isso daria prestígio para o prefeito e poderia impactar na sucessão.

Diante do obstáculo imposto pela própria base, o secretário decidiu partir para o corpo a corpo. “Aprendi que, só tecnicamente, as coisas não funcionam. Não dá para esperar pela tramitação normal, é preciso agir politicamente”, ressaltou. “Fui conversar com o presidente da Câmara, Jaime Tonello, do Democratas (DEM), e ele me disse que o projeto teria que passar por três comissões – Constituição e Justiça, Educação e Orçamento.” Interesses eleitorais emperravam o andamento, mas Rodolfo não se intimidou porque ninguém admitia publicamente ser contrário ao financiamento para a expansão da infraestrutura da educação e a capacitação do corpo docente, entre outras melhorias, e que isso era visto como benéfico para o município.

Pelos cálculos da SME, seria possível “garantir que, até 2016, 100% das crianças entre 4 e 5 anos tivessem acesso à pré-escola, e ao menos 60% das crianças de 0 a 3 anos, à creche, com a criação de 5.260 vagas na educação infantil. Além do aumento de 32% no número de estudantes do ensino fundamental em tempo integral, em relação a 2011, por meio da construção de 22 novas salas de aula; a reforma de oito unidades de ensino fundamental para qualificar os espaços, aumentando a oferta de vagas em tempo integral em 1.600, e construção de dois Cen-

tros de Inovação da Educação Básica (CIEBs), com mais 1.200 vagas para jornada escolar ampliada”.^{xvi}

Saindo do gabinete de Tonello, Rodolfo desceu as escadas e partiu para falar com o então vereador João Amin, do Partido Progressista (PP), que presidia a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação. Estava nas mãos justamente do filho de Esperidião Amin, adversário do prefeito, a decisão de dar prosseguimento ou não ao projeto. João Amin lembra que o secretário já tinha ido uma porção de vezes à Câmara defender o projeto, e que debates acalorados sobre a falta de vagas eram constantes. Depois de muita conversa, Rodolfo conseguiu convencê-lo argumentando que a execução do empréstimo, e conseqüentemente das obras e melhorias, ficaria para a próxima gestão, que ninguém sabia qual seria. O então vereador convocou uma sessão extraordinária da Comissão, e a matéria foi adiante. “Eu era um opositor ferrenho e tinha tido diversos embates com a Secretaria de Educação, mas o financiamento beneficiaria a população. Tive uma atitude republicana”, pontua João Amin. “Muita gente questionava o empréstimo, mas a situação fiscal do município naquela ocasião permitia o endividamento.”

Já passava das 16 horas e Rodolfo corria contra o tempo. Vencida a etapa com João Amin, ele procurou os membros da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) e da Comissão de Educação, conversou com vários vereadores e conseguiu articular para colocar o projeto na pauta do plenário daquela mesma sessão. Às 19h30, pôde enfim comemorar a aprovação em dois turnos. Faltava, no entanto, o aval da burocrática STN e do Senado.

Para batalhar por isso, Rodolfo não teria mais tempo, pelo menos não naquele momento. Dias depois, em 6 de junho, ele se licenciaria da SME e da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, onde acumulava o cargo de superintendente, para “oferecer ao PMDB mais uma opção de composição na chapa majoritária, visando às eleições municipais”.^{xvii} Na disputa partidária, ele foi escolhido candidato a vice do então vereador Gean Loureiro, também do PMDB, um antigo conhecido por ter sido aluno da UFSC quando Rodolfo era reitor.

A BLOGUEIRA REBELDE E A OPOSIÇÃO

Um dos principais trunfos de Loureiro e de Rodolfo na campanha foi o projeto para o BID. Embora a STN e o Senado ainda não tivessem avalizado o empréstimo, a expansão da rede de ensino era apresentada na propaganda política como certa. “Construiremos 23 creches”, apregoava a campanha. A promessa se somava a dados concretos, como os das reformas e ampliações que em duas gestões haviam possibilitado o aumento do atendimento em tempo integral de 31% para 69%, ou as mais de 2 mil vagas na educação infantil criadas nos últimos quatro anos de governo, ante o saldo de 194 vagas do primeiro mandato. A distorção idade-série também vinha caindo. Eram números impactantes, reforçados por um discurso de necessidade de continuidade. Funcionou. E os peemedebistas passaram para o segundo turno.

Coincidência ou não, do outro lado estava João Amin (PP) como vice. Cesar Souza Junior, do Partido Social Democrático (PSD), um jovem de 33 anos eleito duas vezes deputado estadual, era cabeça de chapa. “Na campanha não dava para entrar muito nas áreas da educação, saúde e pavimentação porque Dário tinha ido bem”, lembra o professor Neri dos Santos, coordenador do programa de governo do candidato. “Então, resolvemos trazer à tona o conceito de cidade inteligente, sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental.” Santos frisa ter alertado Cesar de que, apesar da demanda, o projeto para o BID não seria sustentável do ponto de vista orçamentário devido à necessidade de ampliar demais o quadro de funcionários para as novas unidades. “Mas não adiantava repetir aquilo durante a campanha porque os eleitores não iam entender”, salienta.

Uma das únicas maneiras que a equipe de Cesar encontrou para atacar a campanha do PMDB, no âmbito do ensino, foi repercutindo denúncias de Isadora Faber,^{XVIII} uma menina de 13 anos que se tornou conhecida nacional e internacionalmente em 2012 por ter criado uma página no Facebook chamada “Diário de Classe”, mostrando problemas de infraestrutura e pedagógicos na Escola Maria Tomázia Coelho, onde estudava. Diamela, mãe da adolescente, conta que foi procurada pela equipe do candidato para que Isadora gravasse um depoimento para o

horário eleitoral. A família não aceitou porque não queria vê-la vinculada a disputas partidárias, tanto que entrou com um processo na Justiça por uso indevido de imagem.

Isadora evidenciava questões de infraestrutura, como fechadura quebrada, vaso sanitário sem tampa, lâmpada queimada e falta de ventilador. Coisas que a escola poderia ter resolvido rapidamente porque tinha quase R\$ 30.000,00 em caixa, mas não tinha permissão para usar o dinheiro porque não conseguiu constituir a APP (Associação de Pais e Professores). “A ação política da aluna, a partir das redes sociais, garantiu maior transparência e melhoria no monitoramento da rede de Florianópolis”, analisa o professor Eduardo Guerini. “A gestão foi sacudida, e a comunidade acordou para a sua própria responsabilidade. Foi um ponto de partida para um processo mais democrático, com a participação de todos: pais, alunos e professores.”

Mesmo se recusando a participar do jogo eleitoral, o que acabou beneficiando a chapa de Loureiro e Rodolfo, Isadora fez o que nenhum político conseguiu durante os oito anos de gestão do secretário: mostrar que, apesar de os indicadores educacionais de Florianópolis serem considerados referência, ainda havia muito a melhorar. Como apontado na revista *Newsweek*:

Isadora sabe que os problemas vão muito além das salas de aula quebradas. De fato, se quiser firmar seu lugar ao sol como potência emergente da América Latina, o Brasil terá que rever seu sistema educacional disfuncional. Dos 40 países classificados pelo índice global de habilidades cognitivas e nível escolar do Instituto Pearson, o Brasil ficou em penúltimo, à frente apenas da Indonésia. Isso coloca o país no fundo da classe entre os seus pares. Isadora não tem ilusões quanto ao desafio que tem nas mãos. Mas, graças a essa blogueira rebelde, está ficando mais difícil olhar de outra maneira.^{xix}

As reações às denúncias de Isadora variavam de acordo com a distância geográfica. O apoio que ela recebia vinha de fora de Florianópolis, em geral via redes sociais e mídia tradicional, de pessoas que acreditavam que expor os problemas contribuía para o debate sobre a urgência de mudar a educação. Muitos alunos que estudavam com ela primeiro vibraram

quando a página viralizou, chegando a 600 mil curtidas, depois passaram a criticá-la sob o argumento de que, ao mostrar as mazelas, a adolescente estava prejudicando a imagem de uma escola que tinha tido nota 6,1 no Ideb. A hostilidade só aumentava. “Era *bullying* todos os dias”, lembra Diamela. “Uma amiga da minha filha filmou a coordenadora pedagógica dizendo para os alunos da 8ª série que se eles batessem na Isadora não aconteceria nada porque são menores de idade.”

Enquanto estudantes eram estimulados a se posicionar contra a adolescente, professores reclamavam de perseguição. Cinco boletins de ocorrência por calúnia e difamação, registrados porque Isadora relatava na internet problemas ocorridos durante as aulas, viraram processos judiciais. “Tentaram pressioná-la a parar de todas as formas”, conta Diamela. O então diretor de ensino fundamental, Pedro Rodrigues da Silva, reconhece que a “escola errou e se perdeu ao não respeitar o que Isadora estava falando”. Mas acrescenta que “os pais dela quiseram se promover” e que os alunos se viraram contra a menina porque, no fim, os pais dela “não queriam mais buscar soluções, queriam apenas mostrar as falhas”. Rodolfo, assim como a subsecretária Sidneya Gaspar de Oliveira, que assumiu a SME durante a campanha, chamaram a aluna para conversar e ouviram suas queixas. Também foram até a escola tentar apaziguar os ânimos e facilitar uma trégua.

Os dados estavam lançados. Com ou sem a influência de Isadora Faber, os candidatos esperavam os resultados do pleito. Loureiro e Rodolfo já haviam surpreendido no primeiro turno, quando pesquisas realizadas pelo Ibope indicavam que Angela Albino, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que terminou a disputa em terceiro lugar, seria a provável adversária de Cesar no segundo turno.^{xx} Com uma desvantagem de apenas 4,31 pontos percentuais para o primeiro colocado, o PMDB se aliou a outros nove partidos e seguiu para o embate no segundo turno. As credenciais de Rodolfo eram usadas para dar destaque às propostas para a educação. Por outro lado, os meios de comunicação^{xxi} evidenciavam números do Censo de 2010, dando conta de que 10.192 crianças de até 3 anos – ou 56,2% do total – não estavam sendo atendidas nas creches.

CONTINUIDADE EM RISCO

Abertas as urnas, veio a decepção para o PMDB. Cesar foi eleito com 52,64% dos votos, com um discurso de juventude e modernidade, de que representaria o novo. Restaria então a Rodolfo reassumir o cargo na SME e preparar a transição. Mas, em vez de imprimir um ritmo mais lento naqueles que seriam os seus últimos dias de gestão, o secretário preferiu voltar a batalhar pelo projeto para o BID. Queria deixá-lo aprovado na STN porque acreditava que não haveria grandes obstáculos na tramitação no Senado.

No dia 17 de dezembro, pegou um dos primeiros voos e desembarcou em Brasília para uma reunião com Eduardo Coutinho, subsecretário da STN, às 16 horas. Ao descer do avião, perto das 10 horas, viu que havia uma chamada perdida de Florianópolis. Ligou de volta e soube que a SME tinha acabado de receber mais uma diligência da STN. Respirou fundo e, como se tratava de um questionamento simples, a equipe respondeu antes do horário em que ele se encontraria com Coutinho. Quem fez a ponte para que o subsecretário recebesse Rodolfo foi um assessor da então ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti (PT), que fez carreira política em Santa Catarina.

“Quando tento agendar com alguém e começa a demorar, busco ajuda de deputado, senador... E funciona. Converso com todos os partidos. Acho que facilita o fato de me enxergarem como professor, e não como adversário”, disse o secretário. “Eu já tinha ido diversas vezes a Brasília e estava difícil o projeto passar porque a STN faz de tudo para o país não se endividar. Naquele dia eu fui, insisti, mas saí de lá sem nenhuma resposta”, complementa. Rodolfo lembra que um dos principais entraves era o excesso de burocracia. Durante todo o processo de tramitação da proposta, a prefeitura teve de enviar diversas vezes a certidão negativa de débito porque ela expirava sem que a STN tivesse avaliado a questão. Resultado: era preciso pedir novamente o documento para o Tribunal de Contas de Santa Catarina. Mas se, naquele momento, o município tivesse alguma pendência, fosse de centavos ou milhões, a certidão não era expedida.

De volta a Florianópolis, Rodolfo recebeu uma ligação do professor Neri dos Santos, que era um antigo conhecido da UFSC. O secretário esta-

va na SME, pensando em começar a desocupar as gavetas e alinhando com a equipe as últimas providências. Depois de um longo bate-papo sobre a situação da universidade e o provável retorno do secretário para a sala de aula, Santos fez uma revelação inesperada. Contou que fora incumbido pelo prefeito eleito de sondar se ele aceitaria continuar no comando da pasta. Rodolfo riu, surpreso. Jamais imaginou que uma proposta daquela partiria de um adversário. Disse que precisaria conversar com algumas pessoas e daria a resposta depois.

A ideia de convidá-lo veio de um grupo composto por colaboradores formais e informais, que vinha debatendo as propostas de Cesar durante toda a campanha. Incitados a encontrar alguém com currículo que não desse nada ao do secretário que estava no poder, os participantes foram fazendo sugestões. Uns tinham impedimentos de ordem pessoal, outros, de ordem política. “Acho que o nome é o do próprio professor Rodolfo”, lançou a certa altura Rubens Oliveira, ex-presidente da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Depois de uma gargalhada generalizada, os presentes entreolharam-se e começaram a considerá-lo uma opção. “O segundo turno foi pesado. Havia uma aglomeração de partidos contra o Cesar e os debates na TV foram duros, sob o ponto de vista de programa de governo e de erros do passado do partido e do candidato. Mas não houve nenhum episódio que inviabilizasse uma eventual ida de Rodolfo”, diz Oliveira.

“Por outro lado, eu pensei também numa jogada política, de o Cesar mostrar que não tinha ranço nenhum, que escolhia pessoas competentes para a equipe, independentemente de fazerem parte ou não de seu grupo. Essa foi a sacada”, recorda Santos. “Repercutiu bem. Todo mundo na imprensa elogiou a atitude.” O prefeito eleito conta que partidos aliados, inclusive da sigla do vice, o PP, demonstraram contrariedade porque desejavam indicar um secretário próprio. “A educação é uma pasta que precisa ser blindada de influências políticas”, diz Cesar acrescentando: “Logo depois da eleição, estive em um evento em São Paulo, promovido pelo Centro de Liderança Pública para os futuros prefeitos, e Florianópolis foi citada em vários momentos como um exemplo na educação. Avaliei também que seria positivo ter Rodolfo porque ele gozava de credibilidade junto à equipe do BID.”

Rodolfo permaneceu durante oito anos na SME e, por conta de um convite inesperado, havia surgido a oportunidade de ficar e seguir com os seus projetos, inclusive o do BID, que poderia ajudar a alavancar a educação municipal. Maria do Pilar Lacerda, à época secretária de Educação Básica do MEC, ressalta que, no Brasil, um dos grandes problemas é a interrupção de políticas públicas devido à alternância de poder, e não faltam exemplos de ações importantes que foram descontinuadas em função da troca de comando. Seria uma situação inusitada para Rodolfo participar da administração de um adversário.

Pelos cálculos de Neri dos Santos, Rodolfo levou cerca de três horas para dar a resposta. Conversou com a esposa, Lígia Beretta Pinto da Luz, o então prefeito Dário Berger e o seu companheiro de chapa, Gean Loureiro. Lígia relata que, embora Cesar tenha topado manter também a equipe anterior da SME, ela teve receio de o marido aceitar a proposta e não pegar bem politicamente. “Dário ficou surpreso com o convite. Talvez não tenha gostado, mas não colocou objeção. Disse: ‘Olha, você tem a sua vida, luta sempre pela melhoria da educação, tanto é que no começo do meu primeiro governo lhe ofereci cinco secretarias e você optou pela mais difícil. Assim, poderá continuar a fazer o bom trabalho que nós realizamos’. Ele também não é um homem de partido, tanto que já passou por vários. É mais realizador, pragmático”, ressalta Rodolfo. “Já o Gean foi mais restritivo. Não se declarou contrário, mas também não estimulou.”

Em Florianópolis, o problema da descontinuidade poderia ser evitado. Mas será que valeria a pena para o secretário abrir mão do cargo para não criar atrito com o PMDB, ou seria melhor continuar o projeto para o BID, que poderia fazer história no município? Ir para o papel de oposição ou permanecer na situação? Qual seria a sua decisão? A de Rodolfo estava tomada.

ANEXOS

DADOS DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FLORIANÓPOLIS

	2007	2009	2011	2013
Número de unidades que atendem 0-3	66	77	77	79
Número de matrículas 0-3	4.154	4.630	5.090	5.282
Número de unidades que atendem 4-5	66	75	78	82
Número de matrículas 4-5	4.141	5.253	5.360	5.855

Fonte: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inep-data>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DADOS DE PROFICIÊNCIA E FLUXO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS

	2007	2009	2011	2013
Ideb EF 1 – Total	4,6	4,9	5,6	5,6
Aprovação EF 1 – Total	0,91	0,96	0,97	0,96
Proficiência EF 1 – Total	5,07	5,14	5,73	5,88
Ideb EF 1 – Municipal	5	5,2	6	6,1
Aprovação EF 1 – Municipal	0,97	0,99	0,99	0,99
Proficiência EF 1 – Municipal	5,15	5,24	6,02	6,17
Ideb EF 1 – Estadual	4,3	4,7	5,2	5,1
Aprovação EF 1 – Estadual	0,87	0,93	0,95	0,92
Proficiência EF 1 – Estadual	4,97	5,03	5,53	5,55

Fontes de pesquisa: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/cenario-educacional>>; QEdU, 2018. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/brasil/ideb>>. Acessos em: 10 jul. 2018.

PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS

Assinado em 14 de julho de 2014.

I. Objetivo

1.01 O objetivo geral do Programa é ampliar a cobertura e melhorar a qualidade da Educação Infantil (EI) e do Ensino Fundamental (EF) da rede municipal de Florianópolis, assegurando o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas de seus estudantes, por meio do acesso a serviços de jornada integral.

II. Descrição

O Programa inclui quatro componentes, descritos a seguir:

▪ Componente 1 – Expansão da cobertura e melhoria da infraestrutura educativa

2.01 O objetivo deste componente é ampliar a oferta e cobertura da EI e da EF no Município de Florianópolis, por meio da melhoria e da ampliação da infraestrutura escolar. Este componente financiará: (i) a aquisição de terrenos para construção de unidades educativas; (ii) a contratação de estudos, projetos, fiscalização e supervisão de obras; (iii) a construção de aproximadamente 23 (vinte e três) unidades de EI, a ampliação ou reforma de cerca de 15 (quinze) unidades de EI; (iv) a construção de cerca de 4 (quatro) escolas de EF e a ampliação ou reforma de aproximadamente 11 (onze) escolas de EF, (v) a construção de 2 (dois) Centros de Inovação da Educação Básica (CIEB).

▪ Componente 2 – Melhoria da qualidade da educação

2.02 O objetivo deste componente é a melhoria do desempenho dos alunos da rede de EI e de EF. Este componente financiará a contratação de serviços, incluídas consultorias e a aquisição de bens para apoiar: (i) a revisão do processo de seleção e contratação de professores, incorporando módulos de prática docente nos concursos, bem como do período

do de estágio probatório pelo qual passam os professores contratados; (ii) a formação e qualificação de professores com a oferta de cursos de capacitação em educação integral, conteúdos específicos e habilidades pedagógicas requeridas para cada nível, com ênfase na melhoria da capacidade de ensino em sala de aula; (iii) a implantação de um sistema de acompanhamento (*coaching*) para profissionais de educação, sobretudo aqueles que se encontram em período de estágio probatório; (iv) uma proposta de aperfeiçoamento da avaliação do professor; (v) a elaboração de proposta de matrizes curriculares para a educação básica (0 a 14 anos), que orientem a atenção em tempo integral e que facilitem as transições de um nível educacional ao seguinte; (vi) o desenvolvimento de projetos inovadores de ensino, tais como matemática, português, ciências e língua estrangeira, bem como a utilização de tecnologias de informação na sala de aula. As escolas de EF serão equipadas com laboratórios multimidiáticos e plataforma de formação permanente para os professores; e (vii) a aquisição de equipamento, móveis, materiais didáticos, esportivos e brinquedos, para equipar as unidades educativas da rede.

▪ **Componente 3 – Gestão, monitoramento e avaliação**

2.03 Este componente fortalecerá a capacidade da Secretaria Municipal de Educação (SME) para administrar a rede educativa. Este componente financiará a contratação de serviços de consultoria e a aquisição de bens para: (i) aperfeiçoar os processos de seleção de gestores escolares e os critérios para sua escolha, bem como capacitar diretores e supervisores de unidades educativas e da equipe central da SME; (ii) o desenvolvimento e a implantação de um sistema integrado de gestão escolar otimizando os processos de gestão e facilitando o uso educativo da informação; (iii) aperfeiçoar a formulação, processamento, aplicação, análise e uso de resultados da Prova Floripa; (iv) desenvolver e implantar um sistema de monitoramento da qualidade da EI com enfoque na avaliação de ambientes e processos pedagógicos, que permita orientar as práticas pedagógicas e atividades de capacitação; (v) desenhar e implementar as avaliações de processos, caso necessário, e dos impactos gerados ao final do Programa.

▪ Componente 4 – Administração do Programa

2.04 A fim de dotar a SME da capacidade para executar o Programa, serão financiados os gastos vinculados a: (i) criação de uma assessoria especial para a gestão do Programa; (ii) aquisição de bens para seu funcionamento; e (iii) contratação de estudos e serviços de consultoria para apoio à gestão da SME, incluindo atividades que visam a reforçar áreas importantes, tais como finanças, infraestrutura e a Comissão de Licitação.

III. Custo do Programa e Plano de Financiamento

3.01 O custo do Programa equivale a aproximadamente US\$ 118.430.000,00 (cento e dezoito milhões quatrocentos e trinta mil dólares), cuja distribuição por fontes de financiamento e categorias de investimento estão indicados no quadro seguinte:

Custo e Financiamento (em milhares de US\$)

Categorias	BID	Local	Total	%
Componente 1. – Expansão da cobertura e melhoria da infraestrutura educativa	42.123	43.624	85.747	72,4%
Componente 2. – Melhoria da qualidade da educação	9.824	10.679	20.503	17,3%
Componente 3. – Gestão, monitoramento e avaliação	4.373	2.915	7.288	6,2%
Componente 4. – Administração do Programa	2.540	2.352	4.892	4,1%
TOTAL	58.860	59.570	118.430	100%

Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39243778>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

NOTAS

- I Blog do Tolentino. Disponível em: <<http://marcelotolentino.blogspot.com/2009/04/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- II BRASIL. Lei n. 11.274, de 6 fev. 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11274-6-fevereiro-2006-540875-publicacaooriginal-42341-pl.html>>. Acesso: 13 jul. 2018.
- III Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/eixostematicos/educacaoinfantil/DoQueTrata.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- IV ANTUNES, Renan. Melhor IDH entre capitais, Florianópolis vai bem em educação e renda, mas falta saúde de ponta. *Uol Notícias*, 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/30/melhor-idh-entre-capitais-florianopolis-vai-bem-em-educacao-e-renda-mas-falta-saude-de-ponta.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- V QEdU. Florianópolis: Ideb 2015. Disponível em: <<http://qedu.org.br/cidade/679-florianopolis/ideb>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- VI Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, *Informativo da Educação*, 12 jun. 2009. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2012_15.55.49.d3e376eb35b69a527a12cfa6b735cf4.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- VII Ex-deputado Duduco é condenado a 31 anos de prisão por abuso sexual de menores. *Diário Catarinense*, 21 set. 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/09/ex-deputado-duduco-e-condenado-a-31-anos-de-prisao-por-abuso-sexual-de-menores-9909612.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- VIII KLEY, Edinara. A trajetória de Duduco, de benfeitor a acusado de abuso sexual. *Notícias do Dia*. Florianópolis, 4 maio 2013. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/a-trajetoria-de-duduco-de-benfeitor-a-acusado-de-abuso-sexual>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- IX RIBEIRO, Alice. Escolas conveniadas: parceria com a supervisão. *Nova Escola*, 1 out. 2012. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2853/escolas-conveniadas-parceria-com-a-supervisao>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- X BRASIL. Constituição (1988). Brasília, 1988.
- XI Joinville faz mudanças nas compras de vagas em creches particulares. *GI*, 22 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/09/joinville-faz-mudancas-na-compra-de-vagas-em-creches-particulares.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- XII Prefeitura de Balneário Camboriú. 3 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.balneario-camboriu.sc.gov.br/imprensa/noticia.cfm?codigo=19579>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- XIII Secretaria de Educação de Itajaí. Município garante a compra de 228 vagas em creches particulares. 5 out. 2017. Disponível em: <<https://educacao.itajai.sc.gov.br/noticia/18791/municipio-garante-a-compra-de-228-vagas-em-creches-particulares#.WqY2vejwbIU>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- XIV BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009.
- XV Prefeitura de Florianópolis vai oferecer mais vagas em creches. *Notícias do Dia*. Florianópolis, 2 fev. 2012. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/prefeitura-de-florianopolis-vai-oferecer-mais-vagas-em-creches>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

- XVI Banco Interamericano de Desenvolvimento. Expansão e melhoria da Educação Infantil e da Educação Fundamental em Florianópolis. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1329>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- XVII Prefeitura Municipal de Florianópolis. Rodolfo Pinto da Luz deixa Fundação Franklin Cascaes e Secretaria de Educação. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?pagina=notpagina¬i=6931>>.
- XVIII OLIVEIRA, Renan A. Confira o perfil de Isadora Faber, garota que denunciou problemas da escola no Facebook. *Uol Notícias*, Florianópolis, 1 nov. 2012. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/11/01/confira-o-perfil-de-isadora-faber-garota-que-denunciou-problemas-da-escola-no-facebook.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- XIX FABER, Isadora. *Diário de classe: a verdade*. Belo Horizonte: Gutenberg, 2014; texto da *Newsweek*, em inglês. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/isadora-faber-brazils-bravest-blogger-63569>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- XX Cesar Junior e Gean Loureiro vão para o segundo turno em Florianópolis, *Jornal de Santa Catarina*, 7 out. 2012. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/10/cesar-junior-e-gean-loureiro-va-para-o-segundo-turno-em-florianopolis-3908322.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- XXI Candidatos a prefeito de Florianópolis apresentam propostas nas áreas de saúde, educação e planejamento, *Jornal de Santa Catarina*, 24 out. 2012. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/10/candidatos-a-prefeito-de-florianopolis-apresentam-propostas-nas-areas-de-saude-educacao-e-planejamento-3927804.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.